

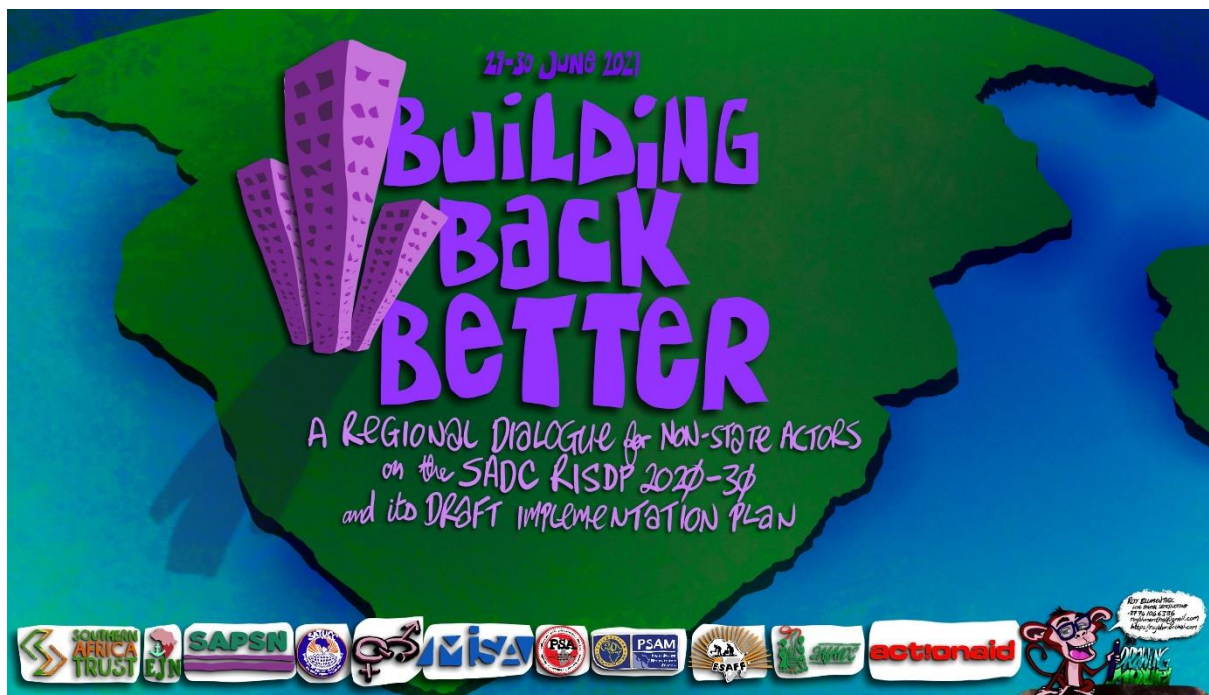


Reconstruir Melhor - Garantir a Responsabilidade Social no Desenvolvimento da África Austral:

Diálogo Regional para Actores Não-Estatais sobre o RISDP 2020-30 da SADC e o seu Plano de Implementação Preliminar

29-30 de Junho de 2021 (Virtual)

Resumo e Recomendações da Reunião



Conteúdos

Resumo Executivo	1
1 Introdução e Contextualização	3
2 Principais Deliberações e Recomendações	4
3 Garantir a responsabilidade social na implementação do RISDP - compreender o RISDP através de temas seleccionados	8
3.1 Implementação eficaz do Regime de Comércio Simplificado da SADC em apoio aos comerciantes de pequena escala.....	8
3.2 <i>Garantir um desenvolvimento agrário resiliente e sustentável através de apoio aos pequenos agricultores.....</i>	10
3.3 <i>Implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento em tempos da COVID-19.....</i>	11
3.4 Abordar o problema de acesso às vacinas, equidade e desafios em África	13
3.5 Garantir recursos domésticos fiáveis de serviços de saúde abrangentes	14
3.6 Garantir políticas de emprego e trabalho inclusivas na SADC.....	17
3.7 Envolvimento eficaz dos ANEs na implementação do RISDP da SADC.....	19
3.8 Melhorar a participação informada de jovens nos processos do RISDP	20
4. Conclusão	23
Agradecimentos	23

Acrónimos

AAI	ActionAid Internacional
UA	União Africana
COVAX	COVAX Facility
Covid-19	Doença causada por Coronavírus de 2019
OSC	Organizações da Sociedade Civil
RDC	República Democrática do Congo
ADT	Acordos de Dupla Tributação
EJN of FOCCISA	Rede de Justiça Económica dos Conselhos Cristãos da África Austral
ESAFF	Fórum de Pequenos Agricultores da África Oriental e Meridional
VBG	Violência Baseada no Género
PIB	Produto Interno Bruto
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
FFIs	Fluxos Financeiros Ilícitos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PI	Propriedade Intelectual
RSAC	Revisões do Sector Agrário Conjuntas
LGBTI	Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo
MISA	Instituto da Comunicação Social da África Austral
PCNs	Pontos de Contacto Nacionais da SADC
PDNs	Planos de Desenvolvimento Nacional
ONGs	Organizações não-governamentais
ANEs	Actores Não-Estatais
EPIs	Equipamentos de Protecção Individual
GRP	Gestão de Recursos Públicos
PSA Alliance	Parceria para a Responsabilidade Social
PSAM	Monitor de Responsabilização na Prestação dos Serviços Públicos da Universidade de Rodes
PVA	Aliança pela Vacinação da População
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAfAIDS	SAfAIDS
SAPSN	Rede de Solidariedade dos Povos da África Austral
SATUCC	Conselho de Coordenação da África Austral
SDC	Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SNCs	Comités Nacionais da SADC
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
SRD	Saúde Reprodutiva e Direitos conexos
STR	Regime de Comércio Simplificado da SADC
	Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o
TRIPS	Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde

Resumo Executivo

O diálogo de actores não-estatais regionais (ANE), realizado virtualmente nos dias 29 e 30 de Junho de 2021, focou no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030 da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e no seu respectivo Plano de Implementação Preliminar, e teve como tema: *Reconstruir Melhor - Garantir a Responsabilidade Social no Desenvolvimento da África Austral*. O diálogo contribuiu para uma consciencialização muito necessária entre os actores não-estatais (ANEs) sobre os compromissos contidos no RISDP 2020-2030 e o seu respectivo Plano de Implementação Preliminar. Esse diálogo constituiu uma oportunidade para os ANEs trocarem ideias e formularem recomendações para uma recuperação sustentada na região face às crises que se sobrepõem da Covid-19, mudança climática, pobreza e desigualdade, através da prestação de serviços sociais resilientes, responsáveis e sensíveis ao género. O compromisso firme assumido pelas partes interessadas é igualmente importante para facilitar os diálogos regionais e nacionais em curso para apoiar os ANEs a adaptarem e partilharem as recomendações através de compromissos a nível nacional para orientar o desenvolvimento dos planos nacionais para a implementação do RISDP.

Foram feitas as recomendações-chave à SADC e aos seus Estados-Membros em cada uma das questões transversais, conforme detalhado abaixo:

- Estabelecer, fortalecer e operacionalizar os Comitês Nacionais da SADC (CNSs) em cada Estado-Membro e um Mecanismo formal de Envolvimento de Actores Não-Estatais da SADC a nível regional, dentro dos prazos estipulados no plano de implementação para facilitar:
 - A implementação de estratégias de comunicação eficazes e direccionadas;
 - O estabelecimento de quadros e estratégias de engajamento eficazes que proporcionem um espaço para diálogo, planificação conjunta e partilha de informações entre actores estatais e ANEs em áreas de interesse mútuo; e
 - O envolvimento activo dos ANEs a nível nacional e regional em processos liderados pelo governo para a implementação e monitoria eficaz do RISDP para formalizar o pacto social entre os estados e a população e garantir a responsabilidade social.
- Priorizar a implementação do Regime de Comércio Simplificado da SADC (STR), orientado pelo resultado das revisões dos actuais quadros e acordos comerciais, através de defesa reforçada, iniciativas de capacitação e formação e apoio a comerciantes de pequena escala.
- Elaborar e implementar um desenvolvimento agrário regional robusto e estratégia de serviço de consultoria de extensão que apoie grupos de produção agrária rural para promoverem agro-ecologia, sistemas de sementes administrados por agricultores e

serviços públicos sensíveis ao género e que também evite a imposição de OGM. Para a concretização do acima exposto, é necessário o fortalecimento ou estabelecimento de revisões nacionais conjuntas do sector agrário rural que tenham conselhos de alimentação e nutrição inclusivos a nível do distrito e subdistrito para orientar, monitorar e supervisionar estratégias, planos, programas e orçamentos de alimentação e nutrição.

- Aumentar a protecção e monitoria e desenvolver estratégias como a revisão dos códigos penais e leis de criminalização para combater a violência baseada no género e outros impactos negativos da Covid-19 que continuam a afectar os mais marginalizados e vulneráveis da sociedade, sobretudo as mulheres, raparigas e pessoas com deficiência.
- Incentivar a defesa activa e proeminente e o envolvimento dos Estados-Membros, liderados pela União Africana, na aquisição de vacinas contra a Covid-19 e negociações a nível global para financiar a sua distribuição com vista a atender às necessidades da população. A justiça na administração de vacinas e seus efeitos sobre a igualdade de género devem ser compreendidos.
- Desenvolver um quadro sustentável de geração de receita para financiar o sector de saúde através de meios mais sustentáveis, como incentivos fiscais e preenchimento de lacunas que levam a perdas de receita, para aumentar o fundo interno alocado para os serviços de saúde prioritários.
- Implementar sistemas de protecção social nacionais fortes, universais e inclusivos, investir em sectores económicos e apoiar a transição efectiva da economia informal para a formal, com vista a inovar, revitalizar e reorganizar o trabalho na região da SADC.
- Transformar o engajamento dos jovens através da criação de espaços para participarem activamente na tomada de decisões e na implementação do RISDP, e para acederem a informações através das redes sociais e outras plataformas adaptadas aos jovens.
- Os parlamentos nacionais devem estabelecer um sistema de supervisão eficaz, que garante que os interesses e prioridades do público e dos ANEs estejam representados no desenvolvimento, monitoria e implementação do RISDP a nível regional e nacional.
- Apoiar a transformação do Fórum Parlamentar da SADC num parlamento regional completo e capacitá-lo para desempenhar adequadamente todas as funções legislativas, representativas e de supervisão necessárias.
- Fortalecer a responsabilidade social através da protecção dos direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão, reunião e associação, e fortalecimento da integridade do Estado e os mecanismos de supervisão, para garantir que todos os povos da região possam participar plena e substancialmente nos processos democráticos.

1 Introdução e Contextualização

Mais de 250 participantes, de 13 dos 16 Estados-Membros da SADC,¹ aderiram ao diálogo regional sobre o papel dos ANEs na implementação do RISDP 2020-2030 da SADC (doravante RISDP) e o seu respectivo Plano de Implementação Preliminar. Estavam representados vários actores não-estatais (ANEs), incluindo organizações da sociedade civil (OSCs), associações de pequenos agricultores, organizações de trabalhadores, sindicatos, organizações de jovens, movimentos populares, organizações religiosas, associações do sector privado, câmaras de comércio e órgãos de comunicação social, bem como o Secretariado da SADC e funcionários do governo nacional, incluindo os Pontos de Contacto Nacionais da SADC (NCPs) e os Comitês Nacionais da SADC (CNSs). O diálogo teve como objectivo sensibilizar os ANEs sobre os compromissos contidos na estratégia regional, bem como fornecer uma oportunidade para os ANEs trocarem ideias e formularem recomendações para garantir uma recuperação sustentada através da prestação de serviços sociais sensíveis ao género.

O diálogo foi convocado no contexto da finalização do plano de implementação do RISDP, agendado para adopção pelo Conselho de Ministros da SADC em Agosto de 2021. O plano de implementação do RISDP estabelece as várias medidas que devem ser tomadas pela SADC e pelos seus Estados-Membros até 2030 para alcançar os objectivos estratégicos regionais acordados. O RISDP reconhece explicitamente a importância de envolver e formar parcerias estratégicas com os ANEs para a implementação bem-sucedida de políticas e programas regionais.

O plano de acção fica disponível em tempos de pandemia da Covid-19, que restringiu ampla consulta pública, apresentando à região obstáculos e oportunidades adicionais e aprofundando ainda mais os desafios económicos existentes causados pela crise global. Para a sua implementação eficaz, o RISDP deve levar em consideração a importância da responsabilidade social para a prestação eficaz de serviços públicos de qualidade, acessíveis, económicos e sensíveis ao género para todas as pessoas e, em última instância, para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compromissos regionais nas áreas de mudança climática e agricultura, saúde, comércio, género, vacinas contra Covid-19, trabalho, jovens e engajamento de actores não-estatais.

Além disso, os desafios de governação em muitos países da região, incluindo a falta de transparência e responsabilidade social, bem como as restrições aos direitos humanos e liberdade de expressão, reunião e associação, limitam a capacidade de os ANEs e o público participarem plenamente nos processos democráticos.

¹ Os participantes do diálogo vinham dos seguintes 13 Estados-Membros da SADC: Botswana, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Namíbia, República das Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

O diálogo foi convocado por Southern Africa Trust, Rede de Justiça Económica (EJN) dos Conselhos Cristãos da África Austral (FOCCISA), Rede de Solidariedade dos Povos da África Austral (SAPSN), Conselho de Coordenação da África Austral (SATUCC), GenderLinks, Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA) e a Aliança para a Responsabilidade Social (PSA) (um consórcio de organizações incluindo ActionAid Internacional (AAI), Monitor de Responsabilização na Prestação dos Serviços Públicos (PSAM) da Universidade de Rhodes, Fórum de Pequenos Agricultores da África Oriental e Austral (ESAFF) e SAfAIDS).

2 Principais Deliberações e Recomendações

2.1 Reconstruir Melhor - Garantir a Responsabilidade Social no Desenvolvimento da África Austral

Os quadros-chave da SADC fornecem orientação e direcção estratégica a todas as partes interessadas, tanto actores estatais como não-estatais, na compreensão do contexto e do seu papel na implementação do RISDP no desenvolvimento da região. O RISDP é, portanto, um compromisso e uma ferramenta para o desenvolvimento da SADC. A pandemia da Covid-19 trouxe desafios e oportunidades que exigem que a abordagem de implementação reflecta sobre as aprendizagens anteriores e envolva efectivamente os actores estatais e não-estatais na construção do melhor futuro possível. A população deve ser colocada directamente no centro no desenvolvimento de soluções alternativas, resilientes e responsáveis, tanto para a implementação como para a monitoria de serviços públicos sensíveis ao género na região.

Os principais desafios e barreiras para a implementação regional, como a falta dos mecanismos de envolvimento formalizados e de uma abordagem acordada para os ANEs apoiarem a implementação do RISDP, precisam de uma estratégia que permita a reestruturação dos espaços existentes ou a utilização de plataformas alternativas. A abordagem actual de compromissos pontuais provou ser ineficaz porque, na maioria dos casos, a adopção de contribuições dos ANEs nos planos e programas da SADC é baixa.

A implementação eficaz do RISDP exige mecanismos formalizados para envolver os ANEs a nível regional e nacional com funções e abordagens claramente definidas, normas de envolvimento e parcerias e apoio significativos, para garantir a implementação inclusiva de um plano de recuperação regional. Além disso, a implementação deve ser centrada na população e garantir que as necessidades das pessoas mais vulneráveis da região sejam priorizadas e a compreensão do público seja construída para permitir a apropriação colectiva do plano regional.

2.2 Detalhando o RISDP da SADC e o Plano de Implementação (2020-2030)

O RISDP é um plano estratégico de 10 anos que orienta a agenda de integração regional da SADC e abrange acordos nacionais, regionais e globais que fornecem um mecanismo para alcançar a Visão 2050 da SADC. Com base numa base de paz, segurança e boa governação, o RISDP é orientado por seis prioridades estratégicas que abrangem três pilares,² questões transversais-chave³ e mecanismos para a gestão estratégica do RISDP. Através de acordos de implementação inclusivos, o RISDP é definido para contribuir na concretização de um padrão de vida de alta qualidade para todos os cidadãos da SADC.

O RISDP chega num momento decisivo em que é necessária uma transformação radical. O plano de elevação dos ANEs para parceiros de implementação reconhece os seus diferentes papéis em negócios, defesa, pesquisa, capacitação, monitoria e supervisão. O RISDP define as prioridades e intervenções para o envolvimento efectivo dos ANEs; esse engajamento, se for feito dentro do mandato de suas operações, garante que diversas partes interessadas trabalhem em estreita colaboração com os actores estatais. Há um compromisso evidente por parte dos ANEs de se envolverem formalmente com os actores estatais, tanto a nível nacional como regional.

A falta de um acordo formal de engajamento para a participação dos ANEs em programas regionais e nacionais significa que os contribuições dos ANEs não são integradas horizontalmente e não há financiamento adequado disponível para apoiar o seu envolvimento. Os actores estatais, portanto, não conseguem abordar adequadamente uma série de desafios importantes que incluem Fluxos Financeiros Ilícitos (aproximadamente US\$ 8,8 biliões anuais); dívida enorme; redes de segurança social inadequadas; insegurança alimentar; subnutrição; fundos de pensão degradantes; habitação inadequada; saneamento deficiente; altos níveis de analfabetismo; aumento da pobreza energética; níveis extremos de desemprego, incluindo emprego de jovens; cuidados de saúde inacessíveis (e, mais recentemente, acesso às vacinas contra Covid-19); degradação ambiental nas economias de mineração e exclusão da maioria da população nas economias tradicionais. Além disso, os mecanismos de migração precisam de ser repensados, para que se concentrem mais na circulação de pessoas do que de mercadorias e garantam a protecção da segurança social para os migrantes.

Para implementar efectivamente o RISDP, são propostas as seguintes recomendações:

² Desenvolvimento industrial e integração de mercado, desenvolvimento de infra-estrutura em apoio à integração regional, desenvolvimento de capital social e humano

³ Género, jovens, meio ambiente, mudança climática e gestão de risco de desastres

- Estabelecer, fortalecer e operacionalizar Comitês Nacionais da SADC (SNCs) em cada Estado-Membro e um Mecanismo formal de Envolvimento de ANEs a nível regional, dentro dos prazos estipulados no plano de implementação do RISDP.
- Estabelecer plataformas e processos, incluindo a partilha pública de planos e relatórios, a nível regional e nacional para garantir que os ANEs (incluindo mulheres, jovens, trabalhadores e pequenos produtores) sejam capazes de participar substancialmente na implementação e monitoria do RISDP, com base nos princípios de responsabilidade social.
- Reforçar abordagens de financiamento de doadores mutuamente benéficas e significativas, bem como quadros eficazes de monitoria e responsabilização, orientadas pelos indicadores que medem a aspiração da SADC de se tornar uma região de renda média que se concentra no desenvolvimento social para grupos marginalizados.
- Reexaminar e promover a livre circulação de pessoas com todos os direitos laborais e medidas de protecção social. Além disso, fortalecer a qualidade do diálogo social na região, tanto a nível nacional como regional; assim, garantindo uma abordagem inclusiva para o desenvolvimento no mercado de trabalho.
- Repensar a criação de emprego e desempacotar as actividades a nível nacional e regional.

2.3 Implementação do RISDP a nível nacional e integração nos processos nacionais

A implementação e integração eficazes dos RISDPs anteriores a nível nacional foram prejudicadas por desafios que incluem conflitos de interesse entre as prioridades nacionais e regionais; falta de capacidade institucional para implementação a nível nacional; sobreposição de associação dos países em outras comunidades económicas regionais; alinhamento inadequado entre o RISDP e os planos de desenvolvimento nacional; estratégias de comunicação ineficazes; falta de coesão entre os vários planos sectoriais e quadros de monitoria e a falta de vontade dos Estados-Membros em transferir soberania para organismos regionais.

O RISDP fornece um modelo fiável com normas de implementação claras destinadas a facilitar o alinhamento entre as iniciativas nacionais e regionais. Os países-membros da SADC têm feito progressos lentos mas encorajadores e estão a vários níveis de identificar e custear intervenções a nível nacional.

As principais recomendações sobre o envolvimento dos ANEs na implantação do RISDP a nível nacional podem ser extraídas dos casos do Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, incluindo:

- Revitalizar os SNCs e melhorar a sua capacidade de partilhar lições e contribuições sobre as actividades de adaptação ao contexto nacional.
- Garantir que a planificação conjunta seja orientada por quadros e compromissos regionais e continentais.
- Adaptar ao contexto nacional e garantir o alinhamento institucional dos programas e acordos do RISDP com as agendas de desenvolvimento nacional.
- Fornecer mecanismos para consultas extensas tanto nas fases formativas como de implementação, na ausência de um processo específico ou separado para a implementação do RISDP.
- Reconhecer as funções dos ANEs nos quadros institucionais dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) e fornecer modelos de engajamento e envolvimento claros e abrangentes nos SNCs. A operacionalização dos SNCs deve abranger as ONGs convencionais, bem como reconhecer a reorganização dos ANEs e a mudança de espaço devido à Covid-19. As normas de engajamento devem mudar, com abordagens baseadas em tecnologia postas em prática para popularizar e desmistificar o RISDP de uma forma inclusiva.
- Gerar vontade política para impulsionar a implementação e defender uma mudança de mentalidade para facilitar o envolvimento inclusivo.
- Criar um modelo de financiamento que reconheça e forneça apoio para que grupos marginalizados participem nos SNCs.
- Usar as TICs de forma eficaz para abordar a partilha inoportuna e não interactiva de informações por actores estatais e o atraso na comunicação das instituições regionais ao anunciar planos.
- Outros factores viabilizadores-chave para uma implementação eficaz incluem: governação eficaz, um sector privado dinâmico, infra-estrutura económica favorável, desenvolvimento de capital humano, criação de consciencialização pública e mecanismos inclusivos de revisão de pares.

3 Garantir a responsabilidade social na implementação do RISDP - compreender o RISDP através de temas seleccionados

3.1 Implementação eficaz do Regime de Comércio Simplificado da SADC em apoio aos comerciantes de pequena escala

O comércio transfronteiriço tornou-se uma actividade económica importante na região, que cria valor dentro das comunidades e que garante o sustento e o crescimento de muitas famílias. No entanto, em alguns Estados-Membros, o comércio transfronteiriço informal não é oficialmente reconhecido como trabalho, o que representa barreiras sérias para as pessoas envolvidas. O Regime de Comércio Simplificado da SADC proposto para apoiar os comerciantes de pequena escala é progressivo e, no entanto, a implementação dessa política regional a nível nacional pode ser difícil.

A pandemia da Covid-19 aumentou as barreiras comerciais existentes. Embora todos os sectores económicos tenham sido afectados, a Covid-19 colocou pressão adicional sobre os comerciantes internacionais, forçando-os a mudar o foco de seus negócios, o que resulta na perda de capital e até mesmo no colapso dos negócios. A terceira vaga que afecta actualmente toda a região trouxe de volta bloqueios severos e interrompeu novamente as actividades comerciais internacionais. Esta situação exige que os comerciantes pensem em negócios alternativos e explorem novos produtos face ao capital disponível insuficiente. Diferente das vagas anteriores da Covid-19, os comerciantes internacionais estão agora a exercer mais cautela e maior cumprimento dos protocolos da Covid-19, uma vez que viram cada vez mais familiares, colegas e amigos próximos afectados.

As experiências da Zâmbia, Malawi e África do Sul destacam as principais barreiras e desafios comerciais, mas também fornecem propostas alternativas para análise na implementação do RISDP. Os desafios e problemas identificados também reflectem as constatações de quatro estudos encomendados pela Southern Africa Trust sobre o impacto da Covid-19 na África Austral.⁴ Os desafios incluem:

- O não reconhecimento do comércio transfronteiriço informal como trabalho por alguns Estados-Membros da SADC.
- Tratamento desigual e discriminatório dos países da região.
- Falta de estratégias para remover barreiras comerciais e introduzir incentivos comerciais; exemplo disso são os incentivos fiscais prejudiciais dados ao investimento estrangeiro directo e que não abrangem os comerciantes transfronteiriços, forçando

⁴ Southern Africa Trust (2020-2021). Vários relatórios sobre o impacto da Covid-19 na África Austral disponíveis em <https://knowledgehub.southernafricatrust.org/covid-19/>

os pequenos comerciantes a pagarem subornos nas fronteiras e/ou contrabandearem as mercadorias.

- Falta de alívio económico direccionado para comerciantes de pequena escala face à pandemia. Além disso, a maioria dos modelos económicos do governo carece de foco nos pequenos comerciantes, criando mais barreiras e oportunidades perdidas para os comerciantes de pequena escala que poderiam ser facilmente acumuladas com base nos acordos comerciais na região.
- Acesso limitado a testes, certificados e vacinação contra a Covid-19. O teste para obter certificados é caro para comerciantes de pequena escala, o que resulta no uso de certificados falsos e na consequente exposição dos comerciantes. O equipamento de protecção individual (EPI) não está prontamente disponível, apesar dos esforços para fornecer algum EPI nos postos fronteiriços. Os governos devem abordar a oferta limitada de vacinas, a lenta descentralização dos postos de vacinação e prioridades conflituosas. Cada vez mais, os comerciantes transfronteiriços demonstram a disposição para tomarem a vacina, considerando que, eventualmente, a vacinação será um pré-requisito para a viagem. Infelizmente, os pequenos comerciantes ainda não foram priorizados para a vacinação.
- Aumento das despesas com o uso de meios alternativos de acesso a mercadorias para comercialização, como o uso de transporte comercial.

Para responder aos desafios acima, foram partilhadas as seguintes propostas, direccionada à SADC e aos seus Estados-Membros:

- Priorizar a implementação do Regime de Comércio Simplificado da SADC para criar um ambiente de negócios favorável através da promoção de actividade económica dos comerciantes transfronteiriços. Com o novo ambiente devido à Covid-19, isso deve incluir o fornecimento de infra-estrutura leve adequada nas fronteiras para aproveitar todo o potencial dos comerciantes transfronteiriços - ou seja, reduzir os custos e a complexidade da documentação necessária para produtos de pequena escala ou procedimentos de remessas de baixo valor alfandegário e transacções comerciais.
- Repensar o acesso à segurança social face à pandemia. Abordagens alternativas, como o uso de subsídios, diversificação e recapitalização de negócios, e as medidas de ajuda em situação de emergência global precisam de ser consideradas. Os governos devem priorizar e fornecer processos claros para garantir que os comerciantes de pequena escala tenham acesso a pacotes de estímulo e aumentem a sua inclusão financeira, por exemplo, através da melhoria do acesso aos serviços bancários.
- Implementar mecanismos para fortalecer a recolha de dados sobre a contribuição do comércio transfronteiriço de pequena escala, para orientar a adopção de respostas políticas e infra-estrutura adequadas.
- Estabelecer quadros e estratégias de engajamento eficazes que proporcionem espaço para diálogos entre actores estatais e ANEs a nível nacional e regional. Isso poderia

incluir a participação de comerciantes de pequena escala em comités de comércio nacionais, colaboração entre associações e ministérios relevantes e o reconhecimento do comércio transfronteiriço como trabalho pelos governos. Essas acções poderiam chamar a atenção para os desafios enfrentados pelos comerciantes transfronteiriços, aumentado igualmente a sua enorme contribuição para a economia africana.

- Educar os comerciantes sobre o uso de pagamento electrónico e plataformas comerciais online seguras para viabilizar e facilitar o comércio e proteger os comerciantes de contrair a Covid-19. Por exemplo, as instalações de administração fronteiriça e alfandegária devem fornecer balcões de apoio para ajudar os comerciantes de pequena escala a cumprirem os novos sistemas digitais e online.
- Apela-se aos governos para que subsidiem os custos de obtenção de testes e certificados de vacinação contra a Covid-19 para comerciantes internacionais. Além disso, a vacinação deve ser priorizada para os comerciantes transfronteiriços.

3.2 Garantir um desenvolvimento agrário resiliente e sustentável através de apoio aos pequenos agricultores

A adopção generalizada de práticas agrícolas sustentáveis aumenta a adaptação dos pequenos agricultores aos efeitos das mudanças climáticas e resulta em crescimento agrário acelerado. A agricultura contribui com 20% do produto interno bruto (PIB) da região, sendo que aproximadamente 70% da população da SADC depende dessa actividade para o seu sustento. Ao longo dos anos, o sector agrário tem, no entanto, visto uma redução no financiamento, embora a insegurança alimentar continue a aumentar, afectando 50,8 milhões de pessoas. É, portanto, plausível que o RISDP reconheça e tenha assumido o compromisso de concretizar os ODS relativos a este pilar até 2030.

Nos últimos dois anos, a SADC não fez avanços significativos para reduzir a fome. Os principais entraves têm sido: o desalinhamento entre as políticas e programas regionais e nacionais, o apoio e financiamento do governo limitados para os pequenos agricultores e a falta de reconhecimento das mulheres agricultoras de pequena escala. Colocar a agricultura como fundamental no pilar do RISDP no desenvolvimento industrial é, portanto, bem-vindo. Os ANEs neste sector apoiam os objectivos do RISDP de transformar as práticas agrícolas, aumentar a produtividade, facilitar o acesso ao mercado, promover a produção agrária inovadora, estabelecer sistemas de pré-aviso eficazes e garantir a gestão sustentável do meio ambiente e os seus respectivos recursos naturais, para garantir que os grupos vulneráveis tenham acesso à segurança alimentar.

A implementação do pilar um do RISDP, desenvolvimento industrial e integração de mercado, pela SADC e seus Estados-Membros deve ser sustentada pelas seguintes acções:

- Fortalecer ou estabelecer revisões nacionais conjuntas do sector agrário (RNCSA) que tenham conselhos de alimentação e nutrição inclusivos a nível do distrito e subdistrito para orientar, monitorar e supervisionar estratégias, planos, programas e orçamentos de alimentação e nutrição.
- Elaborar e implementar um desenvolvimento agrário regional robusto e estratégia de serviço de consultoria de extensão que apoie grupos de produção agrária rural para promoverem agro-ecologia, sistemas de sementes administrados por agricultores e serviços públicos sensíveis ao género e que também evite a imposição de organismos geneticamente modificados (OGM).
- Aumento na defesa, envolvimento e consciencialização direccionados do RISDP com todas as principais partes interessadas, incluindo actores estatais e não-estatais, bem como a nível de base, onde os agricultores devem ser donos da agenda. As plataformas de engajamento devem ser efectivamente mapeadas para evitar esforços paralelos e desarticulados. Da mesma forma, a organização de pequenos agricultores em associações aumentaria o engajamento e o reconhecimento efectivo pelo governo.
- Rápida operacionalização do estagnado Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA) da SADC através do Fundo de Desenvolvimento da SADC. O FDA deve ser orientado pela advocacia a todos os níveis, desde as bases ao regional, para garantir a implementação dos acordos conforme as quotas acordadas. As parcerias adequadas com os Estados-Membros da SADC irão garantir que um FDA juridicamente vinculativo seja operacionalizado para a implementação do RISDP da SADC até 2030.
- O impacto da Covid-19 reduziu ainda mais as alocações do orçamento nacional dos Estados-Membros para o sector agrário (de acordo com a Declaração de Malabo, os Estados-Membros deviam alocar 10%). Em resposta, as OSC e as organizações de agricultores devem fazer campanha para que as instituições financeiras internacionais reagendem os pagamentos da dívida enquanto pressionam os países da SADC a alargarem a sua base tributária para reduzir o financiamento externo errático dos doadores para o sector.

3.3 Implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento em tempos da COVID-19

Os desafios da desigualdade de género na região eram uma preocupação mesmo antes da pandemia da Covid-19. Poucos progressos foram registados em termos de representação política e emancipação económica das mulheres, mas a participação política das mulheres é fundamental para alcançar a igualdade de género na região. Maior protecção, bem como a monitoria e estratégias para combater a violência baseada no género (VBG) e outros impactos negativos da Covid-19 na região são necessários.

A pandemia da Covid-19 exacerbou as principais desigualdades e vulnerabilidades de saúde sexual e reprodutiva (SSR). Cerca de 75 milhões de alunos estão fora da escola, 24% das gravidezes terminam em aborto, novas infecções por HIV estão a aumentar entre mulheres jovens e o encerramento das fronteiras levou a um fornecimento limitado de contraceptivos (o que pode ter levado a um aumento de gravidezes nos adolescentes). Onde não há protecção social, as evidências mostram que há um aumento de 20% na VBG, redução do acesso a cuidados de saúde para a comunidade de LGBTI e aumento da violência.⁵

A tomada de decisão e o acesso limitado aos cuidados de saúde tornam as mulheres mais vulneráveis. Os processos de distribuição de vacinas não devem replicar as desigualdades de género já existentes nas sociedades. Embora a pandemia tenha contribuído para essas vulnerabilidades, pouco ainda se sabe sobre as consequências de longo prazo do seu impacto. Sob o ponto de vista biológico e socioeconómico, ainda não sabe se a Covid-19 afecta as mulheres e os homens de forma diferente. O que foi registado são infecção e taxa de mortalidade mais baixas para as mulheres, embora elas sejam mais afectadas pelas desigualdades de género.

Ainda existem dados muito limitados sobre os efeitos colaterais das vacinas. As abordagens de igualdade de género adoptadas devem ser orientadas pela recolha de dados desagregados por género para garantir comunicações claras acerca da Covid-19. A justiça na administração de vacinas deve ser entendida em termos dos seus efeitos sobre a igualdade de género. Na falta de uma estratégia de comunicação sistemática e abrangente sobre as vacinas, os grupos mais vulneráveis continuam a não ter nenhum acesso ou a ter acesso limitado à informações sobre as vacinas, levando a hesitações e mensagens incorrectas e irresponsáveis nas redes sociais.

Seguem abaixo as estratégias recomendadas para SADC e seus Estados-Membros adoptarem com vista a mitigar as desigualdades de género, reduzir a VBG e diminuir os impactos negativos da Covid-19 na região:

- Rever códigos penais e leis de criminalização específicas que continuam a afectar os mais marginalizados e vulneráveis da sociedade; em particular, as mulheres, raparigas e pessoas com deficiência. A experiência de Moçambique oferece um bom ponto de referência.
- Garantir a viabilidade de recolha de dados desagregados por género com comunicações claras, considerando a Covid-19 e a justiça de administração de vacinas, pois afecta a igualdade de género

⁵ UNAIDS (2021) UNAIDS Evidence Review: Implementation of the 2016-2021 UNAIDS Strategy on the Fasttrack to End AIDS, UNAIDS Strategy beyond DATA.
https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/PCB47_CRP3_Evidence_Review_EN.pdf

- Os Estados-Membros da SADC são encorajados a implementar a lei modelo de VBG e a construir sinergias com os compromissos e implantação a nível nacional da lei modelo de casamentos prematuros.

3.4 Abordar o problema de acesso às vacinas, equidade e desafios em África

Nenhum país da região alcançou a meta da Declaração de Abuja de alocar 15% do seu orçamento interno para o sector de saúde pública.⁶ Isso afectou, sem sombra de dúvida, a resposta da região à pandemia da Covid-19. Por ser um vírus da desigualdade, a Covid-19 testou a capacidade de a África adquirir as vacinas. Os países com a menor capacidade de lidar com esta situação afectados, e aqueles sem recursos não conseguem vacinar a sua população. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 9 em 10 países africanos não alcançarão a meta de vacinar pelo menos 10% da população contra a Covid-19 até Setembro de 2021.⁷ Para cada dose de vacina administrada em África, 20 são administradas na Europa e na América do Norte. Enquanto os países africanos não tiverem vacinas, continuará a haver bloqueios, desenvolvimento económico estagnado e os sistemas de saúde irão se deteriorar ainda mais.

Esforços para a vacinação em África e outros países desenvolvidos, defendendo a distribuição gratuita e igual, partilha de tecnologia e plano de produção global de vacinas ao preço de custo, não deram frutos. Grupos de pressão, como a Aliança pela Vacinação da População (PVA), pediram que os direitos de propriedade intelectual (PI) fossem renunciados por meio da proposta da Organização Mundial do Comércio, Aspectos Relacionados com o Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS); no entanto, isso não teve apoio de um número suficiente de países. Além disso, a COVAX, a coligação global criada pela OMS e outras ONGs para distribuir vacinas aos países em desenvolvimento, entregou apenas 20% das vacinas prometidas e os países de baixa e média renda não receberam nenhuma assistência. Isso tem mais impacto sobre as populações marginalizadas, incluindo mulheres e raparigas, estudantes sem recursos para estudar online, pessoas que não se podem distanciar socialmente e pessoas sem seguro de saúde.

A falta de transparência na administração e distribuição de vacinas na região e a disseminação inadequada de informações correctas, para combater as incorrectas, tem levado à hesitação vacinal. Há insuficiência de conhecimento sobre o processo de produção da vacina, calendários para ensaios clínicos, ciência da vacina, sua eficácia e seus efeitos colaterais. A

⁶ African Union (2001) *Abuja Declaration on HIV/AIDS, Tuberculosis and Other Related Infectious Diseases*. <https://au.int/sites/default/files/pages/32894-file-2001-abuja-declaration.pdf>

⁷ WHO (2021) *Nine in 10 African countries set to miss urgent COVID-19 vaccination goal*. 10 June 2021. <https://www.afro.who.int/news/nine-10-african-countries-set-miss-urgent-covid-19-vaccination-goal>

hesitação vacinal e os problemas logísticos na distribuição às populações levaram à expiração de vacinas.

À medida que a pandemia continua, é urgente que a SADC e os seus Estados-Membros ajam de forma decisiva em resposta aos desafios de acesso às vacinas. Essas acções incluem:

- Assumir o controlo da aquisição de vacinas e evitar a dependência das doações. À medida que a pressão por vacinas sem patente continua a nível global, os governos devem utilizar os seus orçamentos internos para adquirir as vacinas. Os Estados-Membros da SADC, liderados pela UA, devem desempenhar um papel proeminente na negociação de vacinas a nível global; e devem planificar e financiar a distribuição de forma adequada para atender às necessidades dos seus povos sem demora, para evitar vagas ainda maiores e mais desastrosas.
- Desenvolver estratégias de comunicação eficazes para garantir a partilha de informações precisas sobre a ciência das vacinas, incluindo a colaboração com os ANEs para desenvolver estratégias específicas de cada país para abordar medo e equívoco e combater a hesitação vacinal.
- Reconhecer as falhas crónicas de nossos sistemas, infra-estrutura e política de saúde pública e basear-se na atenção actual à desigualdade e disponibilidade de maior financiamento para a saúde pública para construir sistemas mais responsáveis e eficazes que atendam às nossas necessidades contínuas e garantam que estejamos preparados para futuras pandemias. As respostas à Covid-19 não devem ser tratadas como um único evento, mas sim como uma oportunidade para identificar mecanismos com vista investir em saúde pública, vigilância comunitária de pandemias e infra-estrutura para a construção de sistemas de saúde.
- Formular claramente o papel dos ANEs na resposta à Covid-19, incluindo o fornecimento de respostas políticas alternativas, estratégias de intervenção eficazes e melhor comunicação para eliminar o medo e a hesitação.

3.5 Garantir recursos domésticos fiáveis de serviços de saúde abrangentes

O acesso aos cuidados de saúde é fundamental para melhorar a saúde e o bem-estar dos cidadãos da SADC, sobretudo o acesso a testes de HIV e serviços de SSR para os jovens. A África Subsaariana tem a maior taxa de gravidezes não planificadas do mundo, 91 por 1.000 mulheres⁸, e esse é um factor importante por trás de abortos inseguros. As necessidades não atendidas de contracepção são elevadas nos Estados-Membros da SADC. Por exemplo, as necessidades não atendidas de contracepção entre mulheres jovens (15-19) é de 55% na Zâmbia; 57% na Tanzânia; 73% na RDC e 58% em Moçambique. Entre as mulheres jovens, estima-se que 110.000 na RDC; 27.000 na Zâmbia; 100.000 na Tanzânia; e 63.000 em

⁸ Bankole A, Remez L, Owolabi O, et al (2020) *From Unsafe to Safe Abortion in Sub-Saharan Africa: Slow but Steady Progress*: Guttmacher Institute. <https://www.guttmacher.org/>

Moçambique não dão à luz numa unidade sanitária.⁹ Além disso, há uma lacuna significativa entre a necessidade e a real utilização dos serviços de saúde materna e neonatal na região. Como resultado, a taxa de mortalidade materna (TMM) é muito elevada em alguns países da SADC. Como ilustração, 330.000; 700.000 e 88.000 mulheres (15-49 anos) em Moçambique, RDC e Zimbabwe, respectivamente, não dão à luz numa unidade sanitária todos os anos.¹⁰

Passaram-se 21 anos desde que os Estados-Membros da UA, através da Declaração de Abuja, concordaram em alocar 15% dos seus orçamentos internos para os cuidados de saúde. O cumprimento desse objectivo exige que os governos aloquem os recursos públicos adequados, sejam mais transparentes na partilha desses recursos e comuniquem quaisquer desafios. A criação de métodos sustentáveis para apoiar a prestação de serviços públicos rumo ao cumprimento dos objectivos é fundamental para a implementação e o sucesso do RISDP; tendo em conta que 15% já foi uma meta gigantesca para muitos Estados-Membros da SADC que enfrentam múltiplos desafios.

Os fundos internos limitados, o declínio dos fluxos de ajuda e a falta de fundos regionais ou globais para apoiar o desenvolvimento mais rápido de mecanismos de resposta é um desafio para o financiamento da saúde na região. O financiamento da saúde em muitos países da SADC não é resistente aos choques como a pandemia da Covid-19, onde os fundos tiveram que ser desviados de outros programas importantes, ou seja, malária e tuberculose. Além disso, a maioria dos países da SADC estão a lutar com a dívida pública insustentável à custa do financiamento dos serviços de saúde pública através da mobilização de recursos internos. A corrupção na cadeia de valor do financiamento da saúde também representa um risco para o alcance da cobertura universal de saúde.

A gestão de recursos para alcançar a saúde sexual e reprodutiva e direitos conexos (SSRD) não garantiu o alcance dos resultados pretendidos devido aos desafios da gestão dos recursos públicos. Esses desafios são transversais ao sistema de responsabilidade social. A planificação e o orçamento são afectados por consultas limitadas nas decisões de SSR, falta de transparência fiscal e má gestão de despesas, gestão de desempenho e processos de integridade pública.

Os impedimentos à melhor mobilização de recursos internos incluem Acordos de Dupla Tributação, Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs) e tecnologia de tributação. Os Acordos de Dupla Tributação (ADTs) levam à perda de tratados fiscais e isso afecta principalmente os países em desenvolvimento. Os FFIs por meio da corrupção de funcionários públicos, evasão fiscal e

⁹ Ibid

¹⁰ Ibid.

rendimentos criminosos precisam de ser revertidos. A região da SADC perde US\$ 8,8 bilhões anualmente em Fluxos Financeiros Ilícitos.¹¹

Foram propostas as soluções abaixo para a SADC e os seus Estados-Membros adotarem com vista a mitigar estes desafios:

- Serviços públicos sensíveis ao género são uma arma forte contra a desigualdade económica e têm o poder de criar sociedades iguais. Bons exemplos são os melhores serviços de SSR, serviços neonatais e pós-natais.
- Os países da SADC precisam de estabelecer um quadro sustentável para gerar receitas com vista a financiar o sector da saúde, como aumentar receitas através de incentivos fiscais porque são previsíveis e sustentáveis e não têm condições. Também é importante que os governos fechem as lacunas que levam a perdas de receita, para expandir os fundos internos alocados para serviços de saúde prioritários.
- É necessário actualizar os Acordos de Dupla Tributação (ADTs) para fazer uso do modelo de tratado tributário das Nações Unidas (ONU), que concede direitos de tributação aos países em desenvolvimento, e do tratado modelo da SADC, que fornece um modelo para arrecadar receitas.
- Os países da SADC devem fazer esforços abrangentes para combater os FFIs, através de revisão e promulgação da lei que prevê a investigação e acusação de crimes financeiros transfronteiriços, facilitação da revisão dos tratados fiscais regressivos e promoção da partilha de informações para mitigar a assimetria de informação relacionada com os FFIs.
- A SADC deve participar activamente no desenvolvimento de normas fiscais internacionais, particularmente sobre a tecnologia de tributação, bem como implementar protocolos de incentivos fiscais e adopção de modelos de ADTs.
- Os Estados-Membros da SADC devem facilitar a transparência na Gestão de Recursos Públicos (GRP), partilha de informações e sistemas eficazes de responsabilidade social, bem como garantir a implementação de recomendações das instituições supremas de auditoria com respeito à má gestão e irregularidades na GRP para garantir melhores resultados de SSR.
- Os membros do parlamento devem responsabilizar os ministérios e empresas públicas por qualquer compromisso na Gestão dos Recursos Públicos destinados à prestação de serviços de saúde pública, incluindo a responsabilidade pela implementação das resoluções levantadas nos relatórios do auditor geral e/ou do Gabinete do Provedor de Justiça. Isso contribuirá para reduzir a perda de recursos destinados aos serviços de HIV/SSR por meio da corrupção e do abuso.

¹¹ ActSA (2019) *The Money Drain: How Trade Misinvoicing and Unjust Debt Undermine Economic and Social Rights in Southern Africa* https://actsa.org/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/08/ACTSA-The-Money-Drain-FINAL.pdf

- As questões de corrupção relacionadas com a GRP não devem ser deixadas para os legisladores implementarem; os cidadãos e as organizações da sociedade civil devem pressionar os seus governos para agirem na implementação das leis contra a corrupção.
- Os programas de SSRD e HIV/SIDA têm questões transversais; investir em despesas de investimento mais acessíveis de programas de SSRD colherá benefícios de saúde desproporcionalmente grandes para ambos.
- A SADC e os seus Estados-Membros devem estabelecer um fundo regional de saúde, bem como esquemas de seguro social de saúde facilmente acessíveis e parcerias público-privadas para financiar os cuidados de saúde.

3.6 Garantir políticas de emprego e trabalho inclusivas na SADC

A SADC deve reduzir os défices de trabalho decente e a crescente violência e assédio no mundo do trabalho, bem como abordar os impactos negativos da Covid-19. Estes desafios são apresentados no contexto geral de uma baixa taxa de implementação dos programas existentes da SADC e fragmentação dos principais ANEs na região, incluindo a sociedade civil e os sindicatos. Como resultado, o diálogo social não inclui todas as partes interessadas, sobretudo as do mercado de trabalho. Os programas regionais e nacionais não são abrangentes e não facilitam a implementação de políticas acordadas e adoptadas pelos sindicatos. O RISDP deve ser inclusivo e não deixar ninguém para trás, para que todas as vozes sejam levadas em conta nos processos de tomada de decisão e formulação de políticas.

A falta de voz da classe trabalhadora, sobretudo dos trabalhadores ocasionais e migrantes vulneráveis, nos diálogos regionais sobre as políticas laborais levanta a questão de quem tem o mandato para falar com a SADC em nome da classe trabalhadora. O foco da maioria dos sindicatos são os trabalhadores permanentes, orientados pela necessidade de financiamento sustentável, embora a maioria dos trabalhadores agora se encontre no sector informal.

Os sistemas de segurança social existentes ainda não atendem à portabilidade dos benefícios de segurança social acumulados; a inclusão de trabalhadores migrantes; nacionalização de sistemas sociais; reconhecimento de todos os trabalhadores, inclusive trabalhadores informais, por lei; e o desalinhamento na definição de cobertura de nacionalização, onde as leis estabelecem que todos estão cobertos, mas discrimina quem pode contribuir.

Numa nota positiva, a implementação do novo Plano de Acção para a Migração Laboral LMAP (2020-2030) é apoiada por uma matriz de implementação e um comité para supervisionar o novo programa. Todos os programas seleccionados para implementação são financiados e priorizados e há um mecanismo para maior engajamento com as partes interessadas. A conversa sobre a segurança social foi ressuscitada no plano; no entanto, não é apoiada pelos

indicadores relevantes sobre o aumento do trabalho decente. Muitos empregos foram perdidos na sequência da pandemia, resultando na proliferação do sector informal. Com o sector informal a tornar-se rapidamente o sector dominante de emprego, menos pessoas agora têm acesso à segurança social.

É necessário voltar aos aspectos fundamentais e questionar a dinâmica do poder, para repensar, inovar, revitalizar e reorganizar o trabalho na região da SADC, com base no seguinte:

- Diálogo social inclusivo de qualidade a nível nacional e regional que prevê uma tomada de decisões económicas importantes, mecanismos de resposta à Covid-19 e participação inclusiva.
- Fortes sistemas de protecção social nacionais universais e inclusivos, incluindo bases de protecção social e acordos de segurança social e laborais que aumentam a protecção social com base no conhecimento de que os países que “institucionalizaram a assistência social, dependem de recursos internos e seguem uma abordagem baseada em direitos/justiça, são rápidos para proporcionar uma assistência de emergência”.¹²
- Ratificação e adaptação ao contexto nacional da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho por todos os Estados-Membros da SADC.
- Abordar questões relacionadas com a informalidade e reduzir os défices de trabalho decente na economia informal e facilitar a transição para a formalidade, à luz da Recomendação 204 da OIT sobre a transição da economia informal para a formal.
- Reconhecimento e respeito pelos direitos laborais e sindicais, garantindo que todos os trabalhadores migrantes e suas famílias tenham acesso a cuidados de saúde e protecção de renda; condições adequadas de trabalho e de vida, incluindo o cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional; e informações relevantes sobre a Covid-19.
- Envolvimento activo dos sindicatos e de todas as outras partes interessadas em diferentes sectores da economia nas equipas/forças de trabalho nacionais de resposta à Covid-19, incluindo a sua participação na implantação e distribuição de vacinas e EPIs.
- A SADC deve desenvolver indicadores relativamente à criação de empregos e salvaguardar os empregos existentes, através do desenvolvimento e implementação de políticas macroeconómicas (fiscais e monetárias) que direccionem as despesas públicas para a concessão de subsídios de contratação ou garantias para os jovens, bem como o investimento em sectores económicos com potencial para absorver os

¹² SATUCC (2020) *SATUCC Regional Research on Covid-19. The Impact of Covid-19 Pandemic on Working People in Southern Africa: The Role of Trade Unions – Final Report*. <https://rosalux.co.za/wp-content/uploads/2021/06/SATUCC-COVID-19-STUDY-REPORT-2020.pdf>

jovens desempregados. Os governos devem garantir que o seguro de desemprego abranja todos os jovens que perderam o emprego e todos os afectados pelas demissões, para evitar perdas ainda maiores de renda. Além disso, o acesso a benefícios para aqueles que procuram activamente empregos deve ser melhorado.

3.7 Envolvimento eficaz dos ANEs na implementação do RISDP da SADC

Os ANEs, incluindo organizações da sociedade civil, associações de pequenos agricultores, organizações de trabalhadores, sindicatos, organizações de jovens e associações do sector privado, entre outros, permanecem comprometidos com o envolvimento significativo com os Estados-Membros da SADC, para dar voz aos círculos eleitorais que representam e para alcançar os Objectivos do Tratado da SADC. A SADC não é uma entidade que deve implementar o RISDP, mas fornece um mecanismo de coordenação para os Estados-Membros buscarem a integração e cooperação. Os direitos à expressão, o acesso à informação e a liberdade dos órgãos de comunicação social são facilitadores fundamentais na gestão de uma sociedade responsiva em termos de transparência e responsabilidade a nível regional e nacional.

A falta de mecanismos formais de envolvimento dos ANEs resultou numa consciencialização muito baixa sobre os benefícios da integração regional da SADC entre as partes interessadas e envolvimento limitado dos ANEs nos assuntos da SADC. Juntamente com outras intervenções, a adopção e implementação de um mecanismo de envolvimento regional formal dos ANEs e o estabelecimento e fortalecimento dos Comités Nacionais da SADC (CNSs) (que incluem ANEs) são intervenções-chave no RISDP.

Os SNCs fornecem contribuições para formular políticas, estratégias e programas de acção, implementam programas da SADC, iniciam projectos e fornecem contribuições para o RISDP. A estrutura dos CNSs inclui um Comité de Coordenação Nacional (CCN), subcomités e comités técnicos, que operam a nível ministerial e um secretariado nacional. As principais partes interessadas nos CNSs incluem governo, sector privado, sociedade civil, organizações de trabalhadores e empregadores. Os principais exemplos de modelos de CNSs na região incluem a CONSADC em Moçambique e o Plano Modelo de Operação do CNS em Eswatini. As orientações pré-existentes para o estabelecimento de CNSs baseiam-se nas disposições do Tratado da SADC.

As principais recomendações para o envolvimento efectivo dos ANEs na implementação do RISDP incluem o seguinte:

- O Secretariado da SADC e os Estados-Membros devem estabelecer plataformas e processos, incluindo a partilha pública de planos e relatórios, a nível regional e

nacional para garantir que os ANEs (incluindo mulheres, jovens, trabalhadores e pequenos produtores) sejam capazes de participar substancialmente na implementação e monitoria do RISDP, com base nos princípios de responsabilidade social.

- O Secretariado da SADC e os Estados-Membros devem estabelecer, fortalecer e operacionalizar um mecanismo de envolvimento dos CNSs a nível regional e os CNSs em cada Estado-Membro, dentro dos prazos estipulados no plano de implementação do RISDP.
- Os Estados-Membros da SADC devem fortalecer a responsabilidade social através da protecção dos direitos humanos, incluindo as liberdades de expressão, reunião e associação, e fortalecer a integridade do estado e os mecanismos de supervisão, para garantir que todos os povos da região possam participar plena e substantivamente nos processos democráticos.
- Os ANEs devem estar activamente envolvidos a nível nacional e regional em processos liderados pelo governo e pelos ANEs na implementação e monitoria do RISDP, para poderem formalizar o pacto social entre os estados e a população e garantir a responsabilidade social.
- Os governos devem explorar as diversas reservas de habilidades e conhecimentos dentro dos CNSs para fornecer formação aos membros das CNSs.
- Os planos nacionais devem estar alinhados com o RISDP, e os ANEs devem estar envolvidos nos processos de planificação e orçamentação ao nível dos Estados-Membros.
- A SADC deve promover a divulgação proactiva de informações através do uso de múltiplos canais de comunicação, garantir que as leis e regulamentos cibernéticos sejam democráticos e desenvolver um guia sobre a promoção do acesso à Internet, responsabilidade e disponibilidade.
- É necessário rever o Protocolo da SADC sobre Cultura, Informação e Desporto (2001) para reflectir as evoluções da comunicação social contemporânea para responsabilização, bem como rever a Declaração da SADC sobre a Tecnologia da Informação e Comunicação (2001) para estar em sintonia com os princípios da União Internacional de Telecomunicações.
- Os países devem promulgar leis de liberdade de informação, em conformidade com os ODS, para os cidadãos saberem como são governados.

3.8 Melhorar a participação informada de jovens nos processos do RISDP

A SADC deve fazer uma transformação estrutural para garantir que os jovens possam contribuir para os processos do RISDP e participar na tomada de decisões regionais. Os jovens, como a próxima geração, devem subsidiar a agenda da SADC. Os sistemas políticos determinam as políticas para os jovens; portanto, é fundamental que os jovens façam parte

desses sistemas. No entanto, uma mudança radical no sistema político é necessária para que os jovens participem efectivamente. A ruptura entre as gerações significa que a SADC e os seus Estados-Membros devem criar mecanismos de envolvimento adaptados aos jovens para garantir a participação da sociedade civil jovem.

A participação dos jovens nas discussões e plataformas de paz e segurança na SADC é limitada. Os jovens não entendem de sistemas complexos relacionados com a paz, governação e segurança (ou seja, sistemas jurídicos, que geralmente são inacessíveis). A União Africana (UA), no entanto, estabeleceu uma iniciativa de diálogo entre as gerações, Silenciar das Armas, que foi prorrogado por 10 anos para encorajar os jovens a envolverem-se por meio de diálogos com líderes anteriores e actuais, e para solicitar as perspectivas dos jovens sobre os desafios que eles enfrentam. A paz e a segurança lideradas por jovens começam a nível local e nas comunidades antes de se espalharem ao nível nacional e regional.

As barreiras para o envolvimento dos jovens nos processos regionais e nacionais devem ser resolvidas para os incluir efectivamente na implementação do RISDP. As tendências de migração internacional entre os jovens, resultando na perda de competências e fuga de cérebros, são uma das principais causas de preocupação para os Estados-Membros da SADC, visto que os jovens estão perdidos para as nações desenvolvidas. A percepção entre os jovens é que os sistemas da SADC não são favoráveis quando se trata de desenvolvimento do capital humano e não ensinam auto-suficiência e independência.

A participação dos jovens na implementação do RISDP pode ser facilitada por meio de uma série de abordagens nas áreas temáticas. As seguintes soluções são propostas:

- Uso eficaz da tecnologia como estratégia de engajamento. A SADC e os Estados-Membros devem utilizar plataformas como as redes sociais, webinars e outras plataformas acessíveis e adaptados aos jovens.
- Como parte do estabelecimento de mecanismos formais de engajamento, os grupos de defesa podem criar espaço para a participação dos jovens e permitir a recolha das ideias dos jovens. Por exemplo, os parlamentos de jovens estão disponíveis e, se implementados, podem ser ligados às deliberações parlamentares nacionais. Por exemplo, podem ser criadas zonas de paz para encorajar a paz nas comunidades e podem ser estendidas a nações inteiras (ou seja, para o antiterrorismo). As reuniões de jovens da SADC também podem ser utilizadas de forma eficaz dentro de um processo de envolvimento formal.
- Os jovens da região devem superar a sua dependência dos governos e aventurarem-se no empreendedorismo e no autodesenvolvimento, bem como emancipar outros jovens por meio da criação de empregos.
- A agricultura deve ser entendida pelos jovens para valorizar o seu papel. As estratégias actuais para a inclusão de jovens na agricultura não são consideradas "legais e na

moda" pelos jovens e a valorização deve começar no currículo escolar. Além disso, os governos devem oferecer sistemas de empréstimos voltados para os jovens para incentivá-los a aventurarem-se em projectos agrários para criar empregos e garantir a segurança alimentar.

- Os líderes da SADC devem estimular a participação dos jovens nos processos de desenvolvimento regional da base para o topo, adoptando padrões comuns para garantir a sua inclusão e participação a nível nacional e local.

4. Conclusão

O diálogo identificou desafios transversais críticos para a estratégia de 10 anos da SADC, conforme articulado no RISDP 2020-2030, nas questões-chave de comércio, mudança climática e agricultura, género, vacinas, saúde, jovens e trabalho. Estes desafios incluem, entre outros: fraco envolvimento entre a SADC, os seus Estados-Membros e ANEs; falta de alinhamento entre os programas regionais e nacionais e a capacidade inadequada e vontade política para a implementação e monitoria das iniciativas da SADC. As discussões produziram recomendações-chave para a implementação do RISDP, conforme destacadas neste relatório e no comunicado do evento.¹³

O diálogo recomendou o estabelecimento de estruturas formais para o envolvimento dos ANEs a nível regional e nacional, incluindo através dos CNSs e do mecanismo de envolvimento regional dos ANEs planificado, para facilitar a planificação conjunta, alinhamento e a utilização de capacidade e recursos entre os ANEs. Foi também destacado o uso eficaz da tecnologia como chave para facilitar o envolvimento e a implementação, devido ao impacto da Covid-19.

Os co-organizadores e ANEs participantes comprometeram-se a apoiar a implementação e monitoria do RISDP através de diálogos regionais e nacionais contínuos, colaboração inovadora entre os ANEs, produção de resumos de políticas sobre questões-chave, fornecimento de recursos e experiência e realização de advocacia baseada em evidências, orientados pelos princípios de responsabilidade social.

Agradecimentos

Agradecemos aos participantes e apresentadores que contribuíram para este diálogo. Gostaríamos também de expressar o nosso apreço a todos os nossos doadores pelo seu empenho em fortalecer a responsabilidade social na região da SADC; em particular, ao escritório regional da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC) e ao Alto Comissariado Britânico na África do Sul pelo seu apoio a este diálogo.

¹³ O comunicado de diálogo está disponível em: <https://southernafricatrust.org/wp-content/uploads/2021/07/RISDP-Dialogue-COMMUNIQUE.pdf>